



MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS
CÂMARA MUNICIPAL
Subunidade orgânica de Expediente e Taxas
2480-851 PORTO DE MÓS TEL.(244 - 499600-

Programa de Concurso

Atribuição de Duas Licenças de Transporte em Táxi

Município de Porto de Mós

1. Objeto do Concurso

O presente concurso tem por objeto a atribuição de duas licenças para o exercício da atividade de transporte em táxi, correspondentes a:

um lugar contingente da Freguesia de São Bento;

um lugar contingente da Freguesia do Juncal,

nos termos do Regulamento Municipal aplicável e da legislação nacional em vigor.

2. Natureza do Concurso

O concurso é público, podendo concorrer:

- a) Sociedades comerciais ou cooperativas titulares de alvará válido, emitido pela Direção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT) ou entidade que legalmente a tenha sucedido;
- b) Trabalhadores por conta de outrem ou cooperativas licenciadas que cumpram os requisitos de acesso e exercício da atividade previstos no Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, na sua redação atual.

3. Entidade Responsável

A organização, instrução, apreciação e decisão do presente concurso competem à Câmara Municipal de Porto de Mós, através dos respetivos serviços competentes.

4. Júri do Concurso

O concurso é conduzido por um júri designado pela Câmara Municipal, composto pelos seguintes elementos:

Presidente:

Nuno Moleiro de Oliveira – Técnico Superior e Coordenador Municipal de Proteção Civil

Vogais efetivos:

José Eduardo Vieira dos Santos – Coordenador Técnico

Rui Fernando da Silva Neto Rodrigues – Técnico Superior

Vogais suplentes:

Rogério Paulo Fernandes Nunes – Chefe de Divisão

Patrícia Isabel Ferreira – Técnica Superior

Compete ao júri:

- a) Dirigir todas as operações do concurso;**
- b) Solicitar pareceres ou apoio técnico a outras entidades, sempre que necessário;**
- c) Elaborar as atas das deliberações tomadas.**

As deliberações do júri são tomadas por maioria simples, não sendo admitidas abstenções.

5. Publicitação

A abertura do concurso é publicitada mediante anúncio a divulgar:

no Diário da República;

num jornal de circulação nacional ou regional;

no site oficial do Município de Porto de Mós.

Do anúncio constarão, designadamente:

- a) O número de licenças a atribuir;**
- b) A área geográfica e o tipo de serviço;**
- c) O regime de estacionamento;**
- d) O prazo para apresentação das candidaturas;**
- e) A identificação dos documentos obrigatórios.**

6. Requisitos de Admissão

Todos os concorrentes devem comprovar:

- a) Situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;**
- b) Situação tributária regularizada perante a Administração Fiscal;**
- c) Inexistência de dívidas em cobrança coerciva;**
- d) Cumprimento das condições legais de acesso e exercício da atividade de transporte em táxi.**

Os candidatos trabalhadores por conta de outrem devem ainda apresentar:

- a) Certificado do registo criminal;**
- b) Certificado de capacidade profissional para transporte em táxi;**
- c) Garantia bancária adequada, nos termos legais.**

7. Apresentação das Candidaturas

As candidaturas devem ser apresentadas pessoalmente ou por correio registado, utilizando o modelo próprio disponibilizado pela Câmara Municipal.

A candidatura deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Cópia do alvará emitido pela DGTT (ou entidade sucessora);**
- b) Documento comprovativo de situação regularizada perante a Segurança Social;**
- c) Documento comprovativo da situação fiscal regularizada;**
- d) Declaração relativa aos postos de trabalho permanentes e à atividade desenvolvida;**
- e) Certificado do registo criminal, quando aplicável.**

Toda a documentação deve ser entregue em envelope fechado e lacrado, contendo apenas a identificação do concurso e do concorrente.

As candidaturas incompletas podem ser admitidas condicionalmente, desde que os documentos em falta sejam apresentados no prazo máximo de dois dias úteis após notificação.

8. Critérios de Classificação

As candidaturas são classificadas de acordo com os seguintes critérios, por ordem de preferência:

Localização da sede social na freguesia onde a licença é aberta;

Localização da sede social no Município de Porto de Mós;

Número de postos de trabalho permanentes, considerando os dois anos anteriores;

Localização da sede social em município contíguo;

Número de anos de exercício da atividade;

Não ter sido contemplado em concursos anteriores de atribuição de licenças no Município.

9. Relatório de Classificação e Atribuição

Concluída a apreciação das candidaturas, os serviços municipais elaboram relatório fundamentado, contendo a ordenação final dos concorrentes.

O relatório é submetido à Câmara Municipal para deliberação.

A deliberação de atribuição das licenças deve identificar:

- a) O titular da licença;**
- b) A freguesia ou área territorial a que a licença respeita.**

10. Disposições Finais

Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal, nos termos do Regulamento Municipal aplicável e da legislação em vigor.

Paços do Concelho de Porto de Mós, 16 de dezembro de 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

José Jorge Couto Vala